

CORREIO FLUMINENSE

Estação de Tratamento Imunana-Laranjal (Carlos Magno)



Força-tarefa consiste em obras emergenciais

Estado e concessionárias se unem para combate à estiagem

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade e da Cedae, e as concessionárias de saneamento que atendem a região do Leste Metropolitano realizarão obras emergenciais para manter a vazão do Sistema Imunana-Laranjal e minimizar os efeitos da estiagem sobre o abastecimento de água para a população fluminense. Os trabalhos come-

çam ainda esta semana, com obras de desassoreamento do Canal de Imunana, onde a Cedae faz a captação de água para abastecer cerca de dois milhões de pessoas. Durante a reunião, a secretaria, Inea, Cedae e as concessionárias se comprometeram a fornecer retroscavadeiras para o serviço. Também serão instaladas bombas abaixo da Barragem do Rio Macacu.

Cenário e confluência dos rios

O Canal de Imunana é formado pela confluência dos rios Macacu e Guapiaçu, no município de Guapimirim. Com a falta de chuvas, o nível do Rio Macacu está 16% abaixo da média registrada neste período nos últimos três anos. Se mesmo com essas medidas, o nível do rio continuar baixo, existe

a possibilidade de se construir uma adutora para trazer água do Rio Guapimirim para o Canal de Imunana. No início da semana, a Cedae divulgou um alerta sobre o risco de redução da produção de água por causa do baixo volume de água nos mananciais de captação.

Octacílio Barbosa/Divulgação



Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Transparência

CPI da Alerj quer transparência na mão de obra local

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Transparência, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), se reuniu nesta quinta-feira (12/09) com secretários do governo de diversas pastas, como Rodrigo Abel, secretário de Gabinete do Governador, para discutir a segurança e outras questões relacionadas aos gran-

des eventos. Como uma das ações deliberadas, os deputados integrantes da CPI pretendem criar projeto de lei que objetiva reservar uma porcentagem da mão de obra em grandes eventos para trabalhadores locais. O presidente da Comissão, deputado estadual Alan Lopes (PL), destacou a relevância dessa proposta de lei.

Relevância da proposta

O parlamentar destacou que a iniciativa geraria oportunidades de trabalho para os residentes no Rio de Janeiro, tendo como exemplo o próprio Rock in Rio, pelo fato do evento ser no estado. "Fiquei surpreso em saber que há uma normativa da própria empresa organizadora do Rock in

Rio indicando que 90% dos empregos gerados são de pessoas de fora. Considero isso uma falta de respeito com o estado que recebe de braços abertos o evento e acolhe turistas do mundo inteiro. É injusto que, neste momento, não se priorize a mão de obra de moradores", disse.

Conversa inclusiva

Celebrado no Brasil em 21 de setembro, o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência será marcado em Angra dos Reis com um evento que busca conscientizar sobre a importância do desenvolvimento e dos meios de inclusão das pessoas com deficiência na socie-

dade. No dia 24 de setembro ocorrerá uma Roda de Conversa Inclusiva às 14h, no Centro de Estudos Ambientais (CEA), na Praia da Chácara. Toda a programação é aberta ao público, convidando todos a participar e debater sobre um tema tão relevante para a inclusão.



Divulgação/PF

Operação deflagrada pela Polícia Federal apreendeu a quantia de R\$ 188.300,00, em espécie

Ex-secretário de Comunicação de Meriti na mira da PF

Operação contra fake news nas eleições municipais cumpriu mandados de prisão, busca e apreensão

Por Redação*

A Polícia Federal prendeu nesta quinta-feira (12) quatro pessoas suspeitas de integrar uma organização criminosa que propagava informações e notícias falsas sobre candidatos à prefeitura de mais de dez municípios do Rio de Janeiro.

A quadrilha atuava pelo menos desde 2016, segundo a PF. O órgão afirma ainda que as ações dos criminosos já influenciaram ao menos três eleições municipais.

Os alvos dos mandados de prisão preventiva foram: Bernard Rodrigues Soares, ex-secretário de Comunicação da prefeitura de São João de Meriti e presidente municipal do União Brasil na cidade; Roberto Pinto dos Santos; André Luiz Chaves da Silva; e Ricardo Henriques Patrício Barbosa. Os quatro foram encaminhados à Superintendência da PF no Rio. A redação não conseguiu contato com a defesa dos investigados.

Ainda segundo as informações, entre as apreensões, uma quantia de R\$ 188,3 mil em espécie; três veículos de luxo blindados; aparelhos celulares; dispositivos eletrônicos, mídias de armazenamento, além de documentos.



Divulgação

Blindado da Polícia Federal durante Operação Teatro Invisível

Investigações

Atuação e membros se concentravam em São João de Meriti (RJ). Mas o esquema era contratado e exportado para ao menos outras dez cidades fluminenses, informou a corporação. A PF disse que esquema era "sofisticado e lucrativo". "As investigações revelaram que a organização criminosa, por meio de seus líderes que já chegaram a ocupar funções públicas em diversas cidades do estado do Rio de Janeiro, desenvolveu um sofisticado e lucrativo esquema baseado na contratação de pessoas com o objetivo de influenciar no processo eleitoral

de diversos municípios", divulgou a corporação, em nota. Os nomes dos suspeitos não foram informados.

As prisões fizeram parte da Operação Teatro Invisível, que também cumpriu 15 mandados de busca e apreensão. Determinações foram expedidas pelo Juízo da 8ª Zona Eleitoral do estado, que também determinou o bloqueio de R\$ 1 milhão de cada investigado.

Contratados recebiam instruções da quadrilha sobre como propagar notícias falsas sobre determinado candidato. Na sequência, segundo a PF, "passavam a circular diaria-

mente pelo município alvo, infiltrando-se em locais com aglomerações de pessoas como pontos de ônibus, padarias, filas de bancos, (...), difundindo aos eleitores falsas afirmações sobre um determinado postulante ao cargo de prefeito, no intuito de beneficiar o candidato para o qual o serviço criminoso fora contratado".

Propagadores de informações falsas ganhavam R\$ 2.000 por mês. Já os coordenadores recebiam dos líderes da organização criminosa R\$ 5.000 mensalmente, além de serem contratados pela própria prefeitura. "No ano eleitoral, quando o esquema entrava em vigor, os coordenadores eram exonerados de seus cargos e substituídos por 'laranjas' possíveis funcionários fantasmas, a fim de manter o 'direito' sobre eles", segundo os investigadores.

Quadrilha produzia relatórios diários

Ainda de acordo com a PF, o esquema de propaganda criminosa "possuía um processo de aferição de resultado (...) por meio da elaboração de relatórios diários das atividades, com a especificação da quantidade de eleitores abordados por dia, número de votantes em cada candidato e o total de eleitores convertidos para o candidato beneficiário do esquema criminoso".

Investigações em curso

Os suspeitos são investigados pela PF por organização criminosa, desvio de funcionários públicos para a atuação na quadrilha, utilização de "laranjas para burlar incompatibilidades com o exercício da função pública", lavagem de dinheiro, constrangimento ilegal de servidores, "bem como os tipos penais ligados à difusão de notícias falsas e/ou desinformação, previstos no Código Eleitoral", informou a corporação.

A investigação foi conduzida pela Divisão de Repressão a Crimes Eleitorais e pela PF no Rio de Janeiro, com o apoio do Ministério Público Eleitoral.

Municípios alvos

Conforme as investigações, a quadrilha atuava nos municípios de Araruama; Belford Roxo; Cabo Frio; Carapebus; Guapimirim; Itaguaí; Itaitiaia; Mangaratiba; Miguel Pereira; Paracambi; Paraty; São João de Meriti; Saquarema.

*Com informações de Manuela Rached Pereira (Folhapress)

Castro empossa novo secretário de Defesa Civil e anuncia gabinete de crise

O governador Cláudio Castro anunciou, nesta quinta-feira (12), a criação de um gabinete de crise para intensificar o combate aos incêndios florestais no Estado do Rio de Janeiro. Até o momento, este ano, o Corpo de Bombeiros atendeu a 15.636 ocorrências, 4.598 a mais do que em 2023. Durante a posse do novo secretário de Defesa Civil e comandante-geral dos Bombeiros, coronel Tarciso Antônio de Salles Junior, Castro também destacou os investimentos de mais de R\$ 1 bilhão feitos na corporação para expandir a rede de atendimento à população e promover melhorias para os militares.

"Há seis anos, a tropa estava desvalorizada e sua estrutura física, sucateada. Iniciamos um novo tempo para o Corpo de Bombeiros do Rio, com mais de R\$ 1 bilhão investidos. Deste total, R\$ 115 milhões foram diretamente voltados para o reforço operacional, visando ao comba-



Divulgação

Posse do novo secretário Tarciso Antônio de Salles

te a incêndios florestais. Além disso, melhoramos os salários, trouxemos tecnologia de ponta e renovamos a frota", declarou o governador Cláudio Castro.

Posse do novo secretário

Com mais de 20 anos de

atuação na corporação, o coronel Tarciso de Salles Junior foi, até recentemente, corregedor-geral da Secretaria de Saúde. Ele também já ocupou o cargo de corregedor do Corpo de Bombeiros (2019-2020) e comandou o antigo 25º GBM, na Gávea. Em 2021, atuou

como secretário municipal de Proteção e Defesa Civil de Magé e, de 2010 a 2015, presidiu a Comissão Disciplinar Permanente da Corregedoria-Geral Unificada (CGU) da Secretaria de Segurança.

Agradeço ao governador Cláudio Castro pela confiança e reafirmo meu compromisso com os militares, com o avanço tecnológico da corporação e, principalmente, com a segurança da população fluminense - afirmou o novo secretário.

O Governo do Estado formou também 500 novos bombeiros. Entre os formados estão 230 soldados condutores e operadores de viaturas, 150 soldados operadores de embarcações de resgate e 100 sargentos músicos. As cerimônias de formatura ocorreram no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), em Guadalupe.